



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

Câmara Municipal de Jaguariúna, com sede na Rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro, Jaguariúna/SP. CEP 13910-009, CNPJ N.º 51.313.955/0001-30, Jaguariúna, Estado de São Paulo, torna público para quem possa interessar que realizará, de acordo com as disposições deste edital e nos termos da Lei 14.133/2021, da [Resolução Nº 252, de 06 de maio de 2025](#) e demais legislações aplicações de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos que a partir do dia 23 de fevereiro de 2026. O processo de credenciamento de pessoas jurídicas para o Credenciamento de Instituições Financeiras e Entidades Consignatárias destinadas à concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento permanecerá aberto por **prazo indeterminado**. Contudo, cada Termo de Credenciamento individual firmado com as instituições habilitadas terá vigência de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme o interesse da Administração e nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de instituições financeiras, cooperativas de crédito e demais entidades consignatárias interessadas em prestar serviços de concessão de empréstimos e financiamentos mediante consignação em folha de pagamento, destinados aos servidores públicos ativos (com mais de 03 meses de efetivo exercício) e vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna.

1.2. O presente credenciamento **não implica qualquer ônus financeiro** para a Câmara Municipal de Jaguariúna, uma vez que não há repasse de valores públicos ou contrapartida econômica por parte da Administração, não sendo necessário estimar valor contratual.

1.3. A margem consignável total dos servidores públicos será limitada a até 50% (cinquenta por cento) da remuneração líquida (vencimentos e vantagens permanentes **deduzidos os descontos compulsórios previstos no Art. 3º da Resolução 252/2025**, sendo até 30% (trinta por cento) destinada à contratação de empréstimos pessoais.

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente Edital está fundamentado nos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

- Art. 74, inciso IV – Inexigibilidade de licitação;
 - Art. 78, inciso I – Credenciamento como procedimento auxiliar de contratação;
 - Resolução nº 252/2025 da Câmara Municipal de Jaguariúna, que regulamenta o desconto em folha de pagamento para consignações voluntárias.
-



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste Chamamento Público quaisquer instituições bancárias ou financeiras, bem como as cooperativas de crédito, cujos funcionamentos sejam autorizados pelo Banco Central do Brasil, na forma da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, aptas a oferecerem empréstimos pessoais em consignação.

3.2. Instituições que atendam aos requisitos estabelecidos e apresentem corretamente todos os documentos exigidos no Edital de Chamamento Público, concordando expressamente com as normas, termos e condições fixadas Câmara Municipal de Jaguariúna.

3.3. A participação no Credenciamento está vinculada à prestação de serviços para TODOS os servidores ativos com mais de 03 meses de efetivo exercício e vereadores do Legislativo Municipal que manifestarem interesse.

3.4. A inscrição no processo implica na manifestação de interesse do prestador de serviços em participar do processo de credenciamento junto à Câmara Municipal de Jaguariúna e na aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas neste edital, seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos por esta Casa de Leis.

3.5. Atendam aos requisitos estabelecidos e apresentem corretamente os documentos exigidos neste Edital, concordando expressamente com as normas fixadas pela Câmara Municipal de Jaguariúna.

3.6. Não serão admitidos à participação os interessados que:

3.6.1. Estiverem cumprindo penalidade de suspensão ou inidoneidade imposta pela Administração Pública, nos termos do artigo 156 da Lei Federal nº 14133/2021.

3.6.2. Cujos sócios ou administradores integrarem o quadro de servidores da Administração Direta ou Indireta do município de Jaguariúna.

3.6.3. Pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.7. Empresas que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

3.6.8. Declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;

3.6.9. Quaisquer servidores públicos vinculados ao Município de Jaguariúna, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;

3.6.10. Suspensa temporariamente de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Jaguariúna.

3.6.11. A participação no presente procedimento implica a aceitação de todos os seus termos e condições.

4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

4.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

4.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

4.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.7. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

4.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

4.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

4.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] **E/OU** [Municipal] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.7.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] **E/OU** [Municipal] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.7.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] **E/OU** [Municipal] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.7.8. Carta informando os serviços a serem oferecidos.

4.8. Qualificação Técnica



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

4.8.1. Autorização de Funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ou outro órgão regulador competente, se exigível, conforme Art. 10, VI, da Resolução 252/2025.

5. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E INSCRIÇÃO

5.1. Os interessados em participar do presente Credenciamento deverão encaminhar a documentação exigida e o formulário de inscrição exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail credenciamento@jaguariuna.sp.leg.br.

5.1.2. O envio eletrônico da documentação implica plena ciência e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

5.1.3. A Câmara Municipal de Jaguariúna poderá, a qualquer tempo, solicitar o envio de documentos complementares, caso necessário para a adequada análise da habilitação.

5.1.4. O Edital de Credenciamento permanecerá **aberto por prazo indeterminado**, observando-se que as solicitações recebidas até o dia **25 de março de 2026** (30 dias) terão prioridade de análise conforme a ordem de recebimento.

6. DA VIGÊNCIA E DOS REPASSES

6.1. O presente procedimento de credenciamento permanecerá aberto para adesão de novos interessados por prazo indeterminado. No entanto, a relação jurídica individual com cada instituição habilitada será formalizada por meio de Termo de Credenciamento, o qual terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que a Credenciada mantenha as condições de habilitação e regularidade legal e operacional.

6.2. A Câmara Municipal compromete-se a **repassar** os valores das consignações a conta indicada pela credenciada no prazo máximo de 10 dias úteis, após o crédito em folha do servidor mediante o devido processo de pagamento.

6.3. A Câmara Municipal de Jaguariúna reserva-se o direito de fiscalizar e exigir, a qualquer tempo, a manutenção das condições de habilitação e regulamentação, podendo descredenciar a Entidade que não as cumprir.

6.4. Poderá o Credenciamento ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação formal da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mantendo-se, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas até a efetiva liquidação dos empréstimos anteriormente concedidos;

7. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

7.1. Na contratação de empréstimo pessoal, firmada por servidores junto as CREDENCIADAS na forma deste termo, deverão ser observadas as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como as disposições pertinentes do Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e legislação correlata.

7.2. As taxas de juros deverão figurar entre as menores divulgadas mensalmente pelo Banco Central (BACEN) para 'Crédito pessoal consignado público'. A Instituição deverá obrigatoriamente apresentar o Custo Efetivo Total (CET) em todas as propostas, sendo vedada a prática de taxas superiores à média de mercado divulgada pelo BACEN.

7.3. Os contratos de empréstimos serão celebrados direta e exclusivamente entre a CREDENCIADA e os servidores, no âmbito deste convênio, e dele farão parte integrante para todos os fins e efeitos de direito;

7.4. Cada servidor ficará responsável, direta e individualmente, pelo contrato que assinar com a instituição financeira que escolher e pelos atos que expressamente autorizar ou consentir. Por sua vez, a instituição financeira por ele contratada responderá pelo cumprimento da legislação e por qualquer dano ou prejuízo reclamado pelo beneficiário.

7.5. A instituição financeira será responsável exclusiva e integralmente pela operação financeira e pela utilização de pessoal para sua execução, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Câmara Municipal de Jaguariúna.

7.6. A Câmara Municipal de Jaguariúna não responde, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus servidores, nem pelas condições oferecidas pelas CREDENCIADAS, restringindo sua responsabilidade à averbação dos valores autorizados pelo beneficiário e ao repasse à CREDENCIADA.

7.7. A Câmara Municipal de Jaguariúna não será responsável, nem mesmo garantidor das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos em decorrência da concessão de empréstimo consignados em folha de pagamento pelas instituições financeiras conveniadas na forma deste termo de referência.

7.8. No ato da contratação, a soma do **Limite Total Voluntário** das consignações não pode ultrapassar **50%** (cinquenta por cento) da remuneração, e quanto ao **Limite Específico** (Empréstimo): As consignações voluntárias de empréstimo pessoal (Art. 5º, I) não podem ultrapassar **30%** (trinta por cento) da remuneração.

7.9. Prazo Máximo: O prazo de quitação das consignações não pode ultrapassar 72 (setenta e dois) meses.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

7.10. As condições de concessão de empréstimo devem ser definidas em conformidade com as normas legais vigentes e, quando importarem alterações das condições que sejam necessárias face à atuação administrativa ou em casos em que seja necessária a anuência, serão apresentadas à apreciação da CREDENCIADORA, através de ofício;

7.11. No caso de cancelamento ou redução do valor consignado mediante decisão judicial, as obrigações vencidas ou vincendas serão de exclusiva responsabilidade do servidor.

7.12. No caso de descumprimento das condições de credenciamento ou de infração às cláusulas do contrato de credenciamento, a Câmara Municipal de Jaguariúna poderá promover o descredenciamento da instituição financeira, não permitindo novos contratos, porém respeitando os já firmados até que se finalizem as parcelas vincendas ou se proceda à quitação antecipada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação federal e municipal incidente.

7.13. Nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor da folha, fica a Câmara eximida de qualquer responsabilidade quanto à não efetuação do desconto.

7.14. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento deste Termo, deverá ser realizado mediante Termo Aditivo, assinado pelas partes.

7.15. A Instituição Credenciada tem pleno conhecimento dos elementos constantes desse instrumento contratual, os locais e de todas as condições gerais e peculiaridades dos serviços a serem executados, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo ao perfeito cumprimento deste instrumento.

7.16. A proibição, invalidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste termo de referência não invalidará ou afetará o mesmo como um todo, devendo permanecer em vigor todas as demais disposições do presente que não tenham sido afetadas pela proibição, invalidade ou inexecutabilidade da cláusula inoperante.

7.17. Para realização do empréstimo com consignação é obrigatório e indispensável a verificação pelo Departamento de Recursos Humanos dos limites disponíveis para consignação nos o qual poderá ser realizado eletronicamente através de sistemas de informação a ser disponibilizado (e-mail institucional ou equivalente).

7.18. É expressamente vedada a cobrança de Taxa de Abertura de Crédito (TAC), taxas de cadastro ou emissão de boletos dos servidores, devendo o custo da operação limitar-se exclusivamente aos juros e IOF que compõem o CET.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Consignatária)

- 8.1. A qualidade dos serviços deverá ser rigorosamente aquela descrita no termo de referência e nos demais instrumentos, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso do exposto.
- 8.2. Os serviços deverão atender aos requisitos deste termo de referência e obedecer às normas e legislações pertinentes ao objeto que estejam em vigor em consenso com as demais normas pertinentes para o objeto contratado
- 8.3. A credenciada deverá manter sigilo e confidencialidade em relação as informações decorrentes da execução do contrato de credenciamento, estando sujeito as sanções e penalidades previstas em lei.
- 8.4. Executar de maneira fiel todo o rol de atividades estabelecidas no corpo deste Edital ou no Termo de Referência.
- 8.5. Realizar os serviços propostos, dentro dos prazos previstos.
- 8.6. Reportar a Câmara Municipal de Jaguariúna imediatamente quaisquer anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.
- 8.7. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservando Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.
- 8.8. Manter assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 8.9. Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a Câmara Municipal de Jaguariúna.
- 8.10. A Instituição credenciada deverá disponibilizar canais de comunicação para seus usuários, através de atendimento presencial ou via telefone 0800 e internet.
- 8.11. A contratada está obrigada a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas exigências, desde que compatíveis com este Edital e com o Termo de Referência (Anexo I).
- 8.12. Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas.
- 8.13. A inobservância destas normas acarretará a aplicação de penalidades previstas no Edital e Contrato.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

8.14. Em caso de constatação de **desconto indevido** ou não autorizado, a CREDENCIADA deverá realizar o imediato ressarcimento ao consignado no prazo improrrogável de **02 (dois) dias úteis**, sob pena de retenção de repasses e suspensão do credenciamento (Art. 14 da Resolução).

8.15. Nas operações de portabilidade (compra de dívida), as trocas de informações sobre saldo devedor e boletos para quitação entre as instituições deverão ocorrer no prazo de 02 (dois) dias úteis, com cópia obrigatória ao Departamento de RH da Câmara para fins de controle de margem.

9. DA CONTRATANTE (Consignante)

9.1. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de referência, que forem solicitadas pela contratada

9.2. A Câmara Municipal de Jaguariúna na qualidade de Consignante (Art. 2º, I da Resolução nº 252/2025), não será responsável solidária, nem mesmo garantidora das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos e vereadores (Consignados) em decorrência da concessão de empréstimos e financiamentos pelas Instituições Credenciadas (Consignatárias), obrigando-se apenas e tão somente a:

- a. Manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos municipais;
- b. Informar expressamente à **Consignatária** o valor do saldo da margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito, por meio de certidão ou comunicado oficial enviado exclusivamente via e-mail institucional, com a devida validação da margem pelo Departamento de Recursos Humanos;
- c. Efetuar os descontos em folha e os repasses à **Consignatária** pertinentes à competência, observada a disponibilidade financeira e os prazos estabelecidos neste Termo;

9.3. A Câmara Municipal de Jaguariúna também ficará isenta de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor público da folha.

9.4. Responsabilizar-se pela lavratura do contrato, com base nas disposições da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

9.5. Responsabilizar-se pela observância de leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao contrato.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

9.6. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas com a contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.7. Rejeitar todo e quaisquer serviços que estejam fora das especificações, ou em desacordo com as legislações vigentes, solicitando a correção dos mesmos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, a Credenciada ficará sujeita às seguintes sanções, garantido o contraditório e a ampla defesa:

- a) suspensão temporária de participação em novos credenciamentos ou contratações com a Administração;
- b) descredenciamento imediato, nos casos de infração grave ou reincidência;
- c) retenção de valores eventualmente devidos, até a apuração e compensação de prejuízos causados à Administração;
- d) demais penalidades previstas em lei, especialmente as constantes nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A aplicação das sanções não exime a Credenciada da obrigação de indenizar integralmente os danos causados à Administração.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o **Foro da Comarca de Jaguariúna/SP** para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital, com **renúncia expressa a qualquer outro**, por mais privilegiado que seja.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente credenciamento não gera exclusividade, sendo facultativa a adesão por parte dos servidores.

12.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.jaguariuna.sp.leg.br

12.3. Eventuais casos omissos ou dúvidas suscitadas na aplicação deste Edital serão resolvidos pela **Comissão de Credenciamento**, designada pela Portaria nº 090/2025 alterada pela Portaria nº 105/2025, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

12.4. A exigência de documentos estritamente necessários à comprovação da habilitação e demais condições previstas neste Edital deverá observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, podendo a Administração deixar de exigir documentos considerados irrelevantes para o regular cumprimento do objeto, desde que não comprometam a competição e a segurança jurídica do procedimento.

12.5 Em caso de eventual divergência entre as disposições deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão as regras estabelecidas no corpo deste Edital.

12.6. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, observado o disposto neste instrumento.

12.7. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a. **Anexo I** – Termo de Referência
- b. **Anexo II** – Formulário de inscrição;
- c. **Anexo III** – Minuta do Termo de Credenciamento.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

ANEXO I –

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA - FORNECIMENTO

UNIDADE SOLICITANTE: Secretaria Legislativa

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de instituições financeiras, cooperativas de crédito e demais entidades consignatárias interessadas em prestar serviços de concessão de empréstimos e financiamentos mediante consignação em folha de pagamento, destinados aos servidores públicos ativos (com mais de 03 meses de efetivo exercício) e vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna.

1.2. Especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Credenciamento de instituições bancárias para a prestação de serviços de empréstimo consignado em folha de pagamento.	20362	Nº de servidores	60

1.3. A quantidade de funcionários poderá aumentar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O presente termo de referência tem por finalidade disciplinar o procedimento de credenciamento, de forma não onerosa ao Município, para autorizar instituições financeiras a realizarem empréstimos consignados em folha aos servidores desta Casa Legislativa. A consignação em folha é considerada prática vantajosa para os servidores e garante segurança jurídica à Administração Pública, pois oferece condições diferenciadas de crédito aos interessados, com taxas reduzidas e controle direto dos descontos autorizados. O credenciamento, nesse contexto, atende ao interesse público, à economicidade e à conveniência administrativa. O presente instrumento de credenciamento tem como função promover a discriminação técnica e estabelecer normas nos termos da Lei nº 4.595/64, observando também o art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021, interessadas na concessão de empréstimo pessoal com consignação em folha de pagamento dos servidores da Câmara Municipal de Jaguariúna. Salientamos que o processo de consignação em folha de pagamento é uma modalidade de desconto cuja eficácia decorre da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

relação entre a Câmara Municipal, Consignantes e Consignatários, que assegura a segurança jurídica possibilitando vantagens a todos os entes envolvidos e propicia às taxas de juros mais competitivas do mercado.

- 2.2 A fixação do prazo de vigência de 60 (sessenta) meses fundamenta-se no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pela natureza contínua do serviço e pela necessidade de conferir estabilidade às relações jurídicas e financeiras entre os consignados e as instituições. Dado que os contratos individuais de empréstimo podem ser parcelados em até 72 meses (conforme item 7.8), a vigência de longo prazo no credenciamento assegura a continuidade operacional dos descontos e repasses sem interrupções burocráticas, reduzindo o custo processual de renovações frequentes e garantindo a manutenção das condições comerciais favoráveis aos servidores e vereadores, sem gerar qualquer ônus financeiro ao erário.
- 2.3. A opção pelo rito do Credenciamento, na qualidade de procedimento auxiliar, justifica-se pela desnecessidade de seleção de um prestador único, nos termos do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. O interesse público é melhor atendido com a pluralidade de prestadores, o que garante ao servidor e ao vereador a liberdade de escolha entre diferentes instituições e taxas, fomentando a competitividade entre as credenciadas e assegurando que a Administração atue de forma imparcial, sem assumir riscos contratuais ou estabelecer exclusividades injustificadas.
- 2.4. No que tange ao critério de seleção, o presente credenciamento fundamenta-se na impossibilidade de fixação de preço único pela Administração, uma vez que as taxas de juros e encargos financeiros são variáveis de mercado, dependentes das políticas comerciais de cada instituição e do cenário macroeconômico. Assim, a Câmara Municipal estabelece como parâmetro de aceitabilidade que as taxas praticadas figurem entre as menores divulgadas mensalmente pelo Banco Central do Brasil para o setor público, garantindo a vantagem econômica para os beneficiários sem ferir a livre concorrência entre as instituições credenciadas.
- 2.5. Justifica-se, a imposição de normas rígidas de conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018)**, uma vez que a execução do objeto pressupõe o compartilhamento de dados pessoais e financeiros dos servidores e vereadores. A exigência de assinatura digital (Padrão ICP-Brasil) e a manutenção de canais oficiais de comunicação (e-mail institucional) visam garantir a integridade, a confidencialidade e a rastreabilidade das informações, mitigando riscos de fraudes ou vazamentos que poderiam comprometer a segurança jurídica da Câmara Municipal e a privacidade dos consignados.
- 2.6. A estrutura de controle estabelecida neste Termo justifica-se pela necessidade de garantir o estrito cumprimento dos **limites de margem consignável**, conforme a Resolução nº 252/2025. A centralização das validações junto ao Departamento de Recursos Humanos e a obrigatoriedade de prestação de informações mensais pelas credenciadas visam evitar o superendividamento dos servidores e vereadores, assegurando que as consignações voluntárias não comprometam a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

subsistência dos consignados, em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana e à segurança financeira do funcionalismo.

- 2.7. A adoção de termos e minutas padronizadas justifica-se pela necessidade de garantir o **Tratamento Isonômico** entre as interessadas. Ao estabelecer regras uniformes, a Câmara Municipal assegura transparência ao processo e facilita a fiscalização pelo Departamento de Recursos Humanos, que operará sob um regulamento único, estável e impessoal.
- 2.8. Justifica-se a centralização do processo de inscrição e averbação por meio da Comissão responsável e do e-mail institucional oficial, em observância ao princípio da Segregação de Funções. Tal medida assegura que o fluxo de contratação, conferência de margens e repasses financeiros ocorra de forma auditável e transparente, permitindo o controle preventivo contra irregularidades e garantindo a plena rastreabilidade de todos os atos administrativos praticados no âmbito do credenciamento.
- 2.9. Por fim, justifica-se a **expressa exclusão de responsabilidade solidária** da Câmara Municipal de Jaguariúna, uma vez que sua atuação se restringe à condição de interveniente averbadora. Tal medida resguarda o patrimônio público contra litígios entre o consignado e o banco, garantindo que o credenciamento não gere riscos fiscais ou passivos judiciais ao Poder Legislativo.
- 2.10. **FUNDAMENTAÇÃO**
- 2.11. O presente termo encontra fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Resolução Nº 252/2025 da Câmara Municipal de Jaguariúna, que regulamenta o procedimento auxiliar de credenciamento no Município Jaguariúna.
- 2.12. O procedimento está alinhado à política de valorização dos servidores públicos, sem gerar ônus ao erário.
- 2.13. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam integradas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.
- 2.14. O credenciamento de Interessados na prestação de serviços, mediante a contraprestação por meio de consignações de valores em contracheque como forma de pagamento, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
- 2.15. O Presente Termo de Referência está em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, considerando o interesse público e a conveniência. Colocamos o presente à disposição para análise dos interessados.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1. Podem participar do Chamamento Público quaisquer instituições bancárias ou financeiras, bem como as cooperativas de crédito, cujos funcionamentos sejam autorizados pelo Banco Central do Brasil, na forma da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, aptas a oferecerem empréstimos pessoais em consignação.
-



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

- 3.2. Instituições que atendam aos requisitos estabelecidos e apresentem corretamente todos os documentos exigidos no Edital de Chamamento Público, concordando expressamente com as normas, termos e condições fixadas Câmara Municipal de Jaguariúna.
 - 3.3. A participação no Credenciamento está vinculada à prestação de serviços para TODOS os servidores ativos com mais de 3 meses de efetivo exercício e vereadores do Legislativo Municipal que manifestarem interesse.
 - 3.4. A inscrição no processo implica na manifestação de interesse do prestador de serviços em participar do processo de credenciamento junto à Câmara Municipal e na aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas neste termo de referência, seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos por esta Casa de Leis.
 - 3.5. Atendam aos requisitos estabelecidos e apresentem corretamente os documentos exigidos neste Termo de Referência, concordando expressamente com as normas fixadas pela Câmara Municipal de Jaguariúna.
 - 3.6. **Não serão admitidos à participação os interessados que:**
 - 3.7. Estiverem cumprindo penalidade de suspensão ou inidoneidade imposta pela Administração Pública, nos termos do artigo 156 da Lei Federal nº 14133/2021.
 - 3.8. Cujos sócios ou administradores integrem o quadro de servidores da Administração Direta ou Indireta do município de Jaguariúna.
 - 3.9. Pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.10. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - 3.11. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 3.13. Empresas que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
-



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

- 3.14. Declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;
- 3.15. Quaisquer servidores públicos vinculados ao Município de Jaguariúna, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;
- 3.16. Suspensão temporariamente de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Jaguariúna.
- 3.17. A participação no presente procedimento implica a aceitação de todos os seus termos e condições.

4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 4.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.8. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 4.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 4.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 4.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] **E/OU** [Municipal] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.14. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] **E/OU** [Municipal] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] **E/OU** [Municipal] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.16. Carta informando os serviços a serem oferecidos.
- 4.17. **Qualificação Técnica**
- 4.18. Autorização de Funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ou outro órgão regulador, se exigível. Art. 10, VI (Res. 252).

5. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E INSCRIÇÃO

- 5.1. Os interessados em participar do presente credenciamento deverão encaminhar a documentação exigida e o formulário de inscrição exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail credenciamento@jaguariuna.sp.leg.br, aos cuidados da Comissão responsável pelo processo de credenciamento.
- 5.2. Enquanto não implantado sistema informatizado específico, as comunicações, averbações e atualizações de margens entre a CREDENCIADA e a Câmara Municipal de Jaguariúna ocorrerão exclusivamente por meio do e-mail institucional (credenciamento@jaguariuna.sp.leg.br).
- 5.3. Para garantia da autenticidade, integridade e validade jurídica, todos os documentos, propostas de adesão e autorizações de desconto enviados pela CREDENCIADA deverão estar obrigatoriamente assinadas por **Certificado Digital (Padrão ICP-Brasil)**.
- 5.4. O registro de qualquer consignação no sistema ou em folha de pagamento exige a validação prévia do servidor ou vereador, devendo a CREDENCIADA manter a guarda física ou digital da autorização assinada pelo prazo de **07(sete) anos**, na condição de depositária fiel.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

6. DOS PRAZOS DO CREDENCIAMENTO E DA RESCISÃO:

- 6.1. O presente Chamamento Público permanecerá aberto para novos interessados por prazo indeterminado. Contudo, cada Termo de Credenciamento individual firmado com as instituições habilitadas terá vigência de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme o interesse da Administração e nos termos do Art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2. Poderá o Credenciamento ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação formal da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mantendo-se, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas até a efetiva liquidação dos empréstimos anteriormente concedidos;
- 6.3. O descredenciamento poderá ocorrer:
- a) A pedido da CREDENCIADA, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias;
 - b) Por decisão motivada da Câmara Municipal, nas hipóteses de:
 - I – Perda das condições de habilitação;
 - II – Descumprimento das obrigações contratuais;
 - III – aplicação de taxas acima dos limites legais;
 - IV – Violação à LGPD ou vazamento de dados pessoais;
 - V – Interesse público devidamente fundamentado.
-

7. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. Na contratação de empréstimo pessoal, firmada por servidores junto as CREDENCIADAS na forma deste termo, deverão ser observadas as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como as disposições pertinentes do Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e legislação correlata.
- 7.2. Os contratos de empréstimos serão celebrados direta e exclusivamente entre a CREDENCIADA e os servidores, no âmbito deste convênio, e dele farão parte integrante para todos os fins e efeitos de direito;
- 7.3. Cada servidor ficará responsável, direta e individualmente, pelo contrato que assinar com a instituição financeira que escolher e pelos atos que expressamente autorizar ou consentir. Por sua vez, a instituição financeira por ele contratada responderá pelo cumprimento da legislação e por qualquer dano ou prejuízo reclamado pelo beneficiário.
- 7.4. A instituição financeira será responsável exclusiva e integralmente pela operação financeira e pela utilização de pessoal para sua execução, incluídos os encargos trabalhistas,
-



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

- previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Câmara Municipal de Jaguariúna.
- 7.5. A Câmara Municipal de Jaguariúna não responde, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus servidores, nem pelas condições oferecidas pelas CREDENCIADAS, restringindo sua responsabilidade à averbação dos valores autorizados pelo beneficiário e ao repasse à CREDENCIADA.
- 7.6. A Câmara não será responsável, nem mesmo garantidor das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos em decorrência da concessão de empréstimo consignados em folha de pagamento pelas instituições financeiras conveniadas na forma deste termo de referência.
- 7.7. No ato da contratação, a soma das consignações voluntárias não pode ultrapassar 50% da remuneração líquida (vencimentos e vantagens permanentes **deduzidos os descontos compulsórios previstos no Art. 3º da Resolução 252/2025**), e quanto ao **Limite Específico (Empréstimo)**: As consignações voluntárias de empréstimo pessoal (Art. 5º, I) não podem ultrapassar **30%** (trinta por cento) da remuneração.
- 7.8. **Prazo Máximo:** O prazo de quitação das consignações não pode ultrapassar **72 (setenta e dois) meses**.
- 7.9. As condições de concessão de empréstimo devem ser definidas em conformidade com as normas legais vigentes e, quando importarem alterações das condições que sejam necessárias face à atuação administrativa ou em casos em que seja necessária a anuência, serão apresentadas à apreciação da CREDENCIADORA, através de ofício;
- 7.10. No caso de cancelamento ou redução do valor consignado mediante decisão judicial, as obrigações vencidas ou vincendas serão de exclusiva responsabilidade do servidor.
- 7.11. No caso de descumprimento das condições de credenciamento ou de infração às cláusulas do contrato de credenciamento, a Câmara Municipal de Jaguariúna poderá promover o descredenciamento da instituição financeira, não permitindo novos contratos, porém respeitando os já firmados até que se finalizem as parcelas vincendas ou se proceda à quitação antecipada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação federal e municipal incidente.
- 7.12. Nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor da folha, fica a Câmara eximida de qualquer responsabilidade quanto à não efetuação do desconto.
- 7.13. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento deste Termo, deverá ser realizado mediante Termo Aditivo, assinado pelas partes.
- 7.14. A Instituição Credenciada tem pleno conhecimento dos elementos constantes desse instrumento contratual, os locais e de todas as condições gerais e peculiaridades dos serviços a
-



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

serem executados, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo ao perfeito cumprimento deste instrumento.

- 7.15. A proibição, invalidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste termo de referência não invalidará ou afetará o mesmo como um todo, devendo permanecer em vigor todas as demais disposições do presente que não tenham sido afetadas pela proibição, invalidade ou inexecutabilidade da cláusula inoperante.
- 7.16. Para realização do empréstimo com consignação é obrigatório e indispensável a verificação pelo Departamento de Recursos Humanos dos limites disponíveis para consignação nos o qual poderá ser realizado eletronicamente através de sistemas de informação a ser disponibilizado (e-mail institucional ou equivalente)

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATADA

- 8.2. A qualidade dos serviços deverá ser rigorosamente aquela descrita no termo de referência e nos demais instrumentos, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso do exposto.
- 8.3. Os serviços deverão atender aos requisitos deste termo de referência e obedecer às normas e legislações pertinentes ao objeto que estejam em vigor em consenso com as demais normas pertinentes para o objeto contratado.
- 8.4. A credenciada deverá manter sigilo e confidencialidade em relação as informações decorrentes da execução do contrato de credenciamento, estando sujeito as sanções e penalidades previstas em lei.
- 8.5. Executar de maneira fiel todo o rol de atividades estabelecidas no corpo deste termo de referência e em Edital.
- 8.6. Realizar os serviços propostos, dentro dos prazos previstos.
- 8.7. Reportar a Câmara Municipal de Jaguariúna imediatamente quaisquer anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.
- 8.8. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservando Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.
- 8.9. Manter assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 8.10. Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a Câmara Municipal de Jaguariúna.
- 8.11. A Instituição credenciada deverá disponibilizar canais de comunicação para seus usuários, através de atendimento presencial ou via telefone 0800 e internet.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

- 8.12. A contratada está obrigada a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas exigências, desde que compatíveis com as desse Termo de referência, deverá obrigatoriamente atender.
- 8.13. Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas.
- 8.14. A inobservância destas normas acarretará a aplicação de penalidades previstas no Edital e Contrato.
- 8.15. Em caso de constatação de **desconto indevido** ou não autorizado, a CREDENCIADA deverá realizar o imediato ressarcimento ao consignado no prazo improrrogável de **02 (dois) dias**, sob pena de retenção de repasses e suspensão do credenciamento (Art. 14 da Resolução).

9. DA CONTRATANTE

- 9.1. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de referência, que forem solicitadas pela contratada.
- 9.2. A Câmara de Jaguariúna, na qualidade de Consignante (Art. 2º, I da Resolução nº 252/2025), não será responsável solidária, nem mesmo garantidora das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos e vereadores (Consignados) em decorrência da concessão de empréstimos e financiamentos pelas Instituições Credenciadas (Consignatárias), obrigando-se apenas e tão somente ate a:
 - a. Manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos municipais e vereadores;
 - b. Informar expressamente à **Consignatária** o valor do saldo da margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito, por meio de certidão ou comunicado oficial enviado exclusivamente via e-mail institucional, com a devida validação da margem pelo Departamento de Recursos Humanos;
 - c. Efetuar os descontos em folha e os repasses à **Consignatária** pertinentes à competência, observada a disponibilidade financeira e os prazos estabelecidos neste Termo;
- 9.3. A Câmara Municipal também ficará isenta de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor público da folha.
- 9.4. Responsabilizar-se pela lavratura do contrato, com base nas disposições da Lei 14.133/2021 e suas alterações.
- 9.5. Responsabilizar-se pela observância de leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao contrato.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

- 9.6. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas com a contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 9.7. Rejeitar todo e quaisquer serviços que estejam fora das especificações, ou em desacordo com as legislações vigentes, solicitando a correção dos mesmos.

10. GARANTIA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 10.1. Será dispensada a apresentação de garantia a execução do contrato, conforme preceitos da Lei 14.133/2021.

11. DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

- 11.1. As Instituições Financeiras declaradas credenciadas, na forma deste termo de referência, poderão:
- Firmar contrato de credenciamento com a Câmara Jaguariúna nos termos da minuta que integrará o edital de credenciamento, como condição para a concessão de crédito consignado.
- 11.2. O contrato de credenciamento deverá propiciar condições especiais de crédito aos servidores públicos municipais ativos ativo (com mais de 3 meses de efetivo exercício) e vereadores, com redução das taxas de juros praticadas pela instituição financeira no mercado; ou seja, os custos devem figurar entre as menores taxas de juros das instituições financeiras para créditos consignados públicos divulgadas mensalmente no site oficial do Banco Central do Brasil.
- 11.3. A celebração do contrato de credenciamento deverá ser precedida da comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas, nos termos deste Termo de Referência e no Edital.
- 11.4. A instituição financeira que tiver seu requerimento deferido, diante da habilitação para o ato, será convocada para, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da convocação assinar o contrato de credenciamento, sob pena de caracterizar sua desistência ao ato.
- 11.5. A Câmara Municipal compromete-se a repassar os valores das consignações à conta indicada pela credenciada no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados a partir da efetiva quitação da folha de pagamento e disponibilidade dos recursos, mediante o devido processo de pagamento.
- 11.6. As operações de crédito e as averbações em folha observarão estritamente a seguinte ordem de prioridade de desconto, respeitando os limites legais e a margem consignável disponível:
- I – Consignações Compulsórias:** descontos efetuados por força de lei ou mandado judicial, tais como contribuição previdenciária, imposto de renda, pensão alimentícia e restituições ao erário (Art. 3º da Resolução nº 252/2025);



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

II – Consignações Voluntárias Representativas: descontos de natureza contributiva em razão de filiação a sindicatos ou associações (Art. 2º, VI);

III – Consignações Voluntárias por Prazo Indeterminado: planos de saúde e odontológicos (Art. 4º);

IV – Consignações Voluntárias por Prazo Determinado: empréstimos pessoais e financiamentos (Art. 5º).

- 11.7. É vedada a renegociação ou refinanciamento de contratos de empréstimo antes do pagamento da 4ª (quarta) parcela, conforme estabelecido no §3º do Art. 14 da norma regulamentadora.
- 11.8. Nas operações de portabilidade (compra de dívida), as trocas de informações sobre saldo devedor e boletos para quitação entre as instituições deverão ocorrer no prazo de **02 (dois) dias úteis**, com cópia obrigatória ao Departamento de RH da Câmara para fins de controle de margem.
- 11.9. O descumprimento dos prazos de resposta via e-mail ou o envio de documentos sem a devida **assinatura digital válida (Padrão ICP-Brasil)**, passível de verificação de autenticidade no Verificador do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), sujeitará a instituição às sanções de advertência e suspensão temporária previstas na Resolução nº 252/2025.
- 11.10. A CREDENCIADA assume a responsabilidade de informar, via e-mail e com periodicidade mensal (ou sempre que houver alteração), a tabela de encargos financeiros e taxas de juros praticadas, conforme exigido pelo Art. 17 da Resolução nº 252/2025.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 12.1. Salientamos que esta modalidade de credenciamento não gerará NENHUM ÔNUS FINANCEIRO para a Câmara Municipal de Jaguariúna, uma vez que não será gerada nenhuma despesa pública que careça de empenho, haja vista que os valores repassados serão única e exclusivamente os descontados da folha dos servidores.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 13.1. Considerando que o presente Chamamento Público visa exclusivamente ao credenciamento de instituições financeiras para oferta de crédito consignado a servidores, não há contratação onerosa para a Administração, inexistindo pagamento por parte do órgão. Assim, não se aplica a elaboração de estimativa de preço, em conformidade com o art. 23, §3º, da Lei 14.133/2021 (ou norma municipal equivalente), uma vez que não há dispêndio de recursos públicos.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

14. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

14.1. Da Condição de Pagamento

- 14.2. O presente chamamento público não envolve contratação onerosa nem transferência de recursos da Administração para as instituições financeiras credenciadas. Dessa forma, **não há pagamento por parte do órgão nem retenção de tributos**, sendo inaplicáveis as regras de faturamento, cronograma de desembolso ou retenções previstas nos arts. 64 e 67 da Lei 14.133/2021 (ou norma municipal equivalente).
- 14.3. Os tributos incidentes sobre as operações de crédito consignado permanecem de inteira responsabilidade das instituições credenciadas, conforme legislação tributária vigente.
-

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 Este Termo de Referência poderá ser alterado futuramente para garantir a correta apresentação dos dados necessários à proposta comercial, bem como para assegurar a conformidade com as condições estabelecidas pela legislação vigente.
- 17.2 Em caso de divergência entre as disposições deste Termo de Referência e a **Resolução nº 252/2025**, prevalecerão as normas contidas na referida Resolução, por ser o instrumento normativo de hierarquia superior.

Jaguariúna, 10 de fevereiro de 2026.

Vereador Rodrigo Reis de Souza
Presidente

Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº 50/2025.

ANEXO II –

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

DADOS DO FORNECEDOR

Razão Social:

CNPJ:

I.E.:

Enquadramento: ☐ ME ☐ EPP ☐ EIRELI ☐ LTDA ☐ S/A ☐ MEI

Telefone:

E-mail:

Vimos, por meio do presente, requerer nosso credenciamento para Concessão de Empréstimos Consignados em Folha de Pagamento aos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna, nos termos e condições estabelecidos no **Edital de Chamamento Público nº 01/2026**.

Em conformidade com o Instrumento convocatório de Edital de Chamamento Público nº 01/2026, juntando para tanto, todos os documentos exigidos, devidamente assinados e rubricados.

Declaramos, sob as penas da lei, que tomamos conhecimento de todas as normas e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste Credenciamento, com as quais concordamos integralmente.

_____ de _____ de 2026.

Assinatura

Nome do Representante Legal



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº XXX/2026.

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2026

*Termo de Credenciamento que entre si celebram a **Câmara Municipal de Jaguariúna** e a empresa **XXXX** para viabilizar a concessão de empréstimos aos servidores públicos, mediante consignação em folha de pagamento.*

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA/SP, por meio de sua **CÂMARA MUNICIPAL**, com sede na Rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro, Jaguariúna/SP, CEP 13.910-009, e inscrição no CNPJ sob o nº 51.313.955/0001-30, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, **VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, político, portador do RG Nº 41.967.564-4 e CPF Nº 380.116.348-28, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro I, nº 247 – Bairro Vila Sete de Setembro – Jaguariúna – Estado de São Paulo – CEP: 13.910-001.

CREDENCIADA: [Empresa credenciada], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no [CNPJ] sob o nº], com sede à [endereço completo], neste ato representada por seu representante legal, Sr. [nome do representante legal], [nacionalidade], [estado civil], portador do [CPF Nº], e da cédula de identidade [RG Nº], [domiciliado {endereço completo}].

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, COOPERATIVAS DE CRÉDITO OU ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS**, visando à **prestação de serviços de concessão de empréstimos e financiamentos consignados em folha de pagamento**, destinados aos servidores públicos ativos (com mais de 03 meses de efetivo exercício) e vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna.

1.2. O presente credenciamento **não implica qualquer ônus financeiro** para a Câmara Municipal de Jaguariúna, uma vez que não há repasse de valores públicos ou contrapartida econômica por parte da Administração, não sendo necessário estimar valor contratual.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº XXX/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O presente procedimento de credenciamento permanecerá aberto para adesão de novos interessados por prazo indeterminado. No entanto, a relação jurídica individual com cada instituição habilitada será formalizada por meio de Termo de Credenciamento, o qual terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que a Credenciada mantenha as condições de habilitação e regularidade legal e operacional.

2.2. O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por interesse de qualquer das partes, mediante notificação formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mantendo-se em vigor as obrigações assumidas até a liquidação integral das consignações em curso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS

3.1. As operações de crédito consignado deverão observar:

- a) o limite máximo de **50% (cinquenta por cento)** da remuneração líquida (vencimentos e vantagens permanentes **deduzidos os descontos compulsórios previstos no Art. 3º da Resolução 252/2025**), sendo até **30% (trinta por cento)** destinados a empréstimos pessoais.
- b) o prazo máximo de **72 (setenta e dois) meses** para quitação das operações;
- c) as normas de sigilo bancário, proteção de dados pessoais e a **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**;

3.2. É vedada a concessão de crédito a servidores sem margem consignável disponível ou em desconformidade com as normas legais e regulamentares vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1. A Câmara Municipal de Jaguariúna, na qualidade de Consignante (Art. 2º, I da Resolução nº 252/2025), não será responsável solidária, nem mesmo garantidora das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos e vereadores (Consignados) em decorrência da concessão de empréstimos e financiamentos pelas Instituições Credenciadas (Consignatárias), obrigando-se apenas e tão somente a:

- a. Manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos municipais;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº XXX/2026.

- b. Informar expressamente à Instituição Credenciada (Consignatária) o valor do saldo da margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito, por meio de certidão ou comunicado oficial enviado exclusivamente via e-mail institucional, com a devida validação da margem pelo Departamento de Recursos Humanos;
 - c. Efetuar os descontos e folha e os repasses à **Consignatária** pertinentes à competência, observada a disponibilidade financeira e os prazos estabelecidos neste Termo;
- 4.2. A Câmara Municipal de Jaguariúna também ficará isenta de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor público da folha.
- 4.3. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas com a contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 4.4. Rejeitar todo e qualquer serviço que estejam fora das especificações, ou em desacordo com as legislações vigentes, solicitando a correção dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

- 5.1. A qualidade dos serviços deverá ser rigorosamente aquela descrita neste Termo e nos demais instrumentos, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso do exposto.
- 5.2. Os serviços deverão atender aos requisitos deste termo e obedecer às normas e legislações pertinentes ao objeto que estejam em vigor em consenso com as demais normas pertinentes para o objeto contratado.
- 5.3. A credenciada deverá manter sigilo e confidencialidade em relação as informações decorrentes da execução do contrato de credenciamento, estando sujeito as sanções e penalidades previstas em lei.
- 5.4. Executar de maneira fiel todo o rol de atividades estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.
- 5.5. Realizar os serviços propostos, dentro dos prazos previstos.
- 5.6. Reportar a Câmara Municipal de Jaguariúna imediatamente quaisquer anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.
- 5.7. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservando Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº XXX/2026.

5.8. Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a Câmara Municipal de Jaguariúna.

5.9. A Instituição credenciada deverá disponibilizar canais de comunicação para seus usuários, através de atendimento presencial ou via telefone 0800 e internet.

5.10. A contratada está obrigada a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas exigências, desde que compatíveis com as desse Termo de referência, deverá obrigatoriamente atender.

CLÁUSULA SEXTA – DO DESCREDENCIAMENTO E RESCISÃO

6.1. O descredenciamento poderá ocorrer:

- a. A pedido da CREDENCIADA, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias;
- b. Por decisão motivada da Câmara Municipal de Jaguariúna, nas hipóteses de:
 - I – perda das condições de habilitação;
 - II – descumprimento das obrigações contratuais;
 - III – aplicação de taxas acima dos limites legais;
 - IV – violação à LGPD ou vazamento de dados pessoais;
 - V – interesse público devidamente fundamentado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, a Credenciada ficará sujeita às seguintes sanções, garantido o contraditório e a ampla defesa:

- a. suspensão temporária de participação em novos credenciamentos ou contratações com a Administração;
- b. descredenciamento imediato, nos casos de infração grave ou reincidência;
- c. retenção de valores eventualmente devidos, até a apuração e compensação de prejuízos causados à Administração;
- d. demais penalidades previstas em lei, especialmente as constantes nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2026 – PROC. ELETRÔNICO Nº XXX/2026.

7.2. A aplicação das sanções não exime a Credenciada da obrigação de indenizar integralmente os danos causados à Administração.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

8.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da Internet.

CLÁUSULA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. A CREDENCIADA responderá exclusiva e integralmente, administrativa e judicialmente, por quaisquer danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos causados aos titulares de dados pessoais, decorrentes de culpa ou dolo no tratamento dos dados repassados em virtude da execução contratual, ou por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados, isentando a CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jaguariúna/SP para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaguariúna, xx de xxx de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

Vereador Rodrigo Reis de Souza

Presidente

CREDENCIADA

Representante legal

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

